



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO DE MARIANA  
Instituído pela Lei 2.972 de 17 de Junho de 2015  
Edição nº 2295 de 30 de Novembro de 2022  
Autor da publicação: Amanda Gabriela Fernandes Carneiro

## Publicações Prefeitura de Mariana

### Concurso Público: Editais

Concurso Público: Editais

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 190/2022

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/19

- A Prefeitura Municipal de Mariana **CONVOCA** os concursado (s) abaixo, para apresentarem os documentos necessários à comprovação dos pré-requisitos à investidura no Cargo para o qual foram aprovados no Concurso Público nº 01/2019, homologado pelo Decreto Nº 10.127 de 25 de junho de 2020, conforme preconiza a Lei Complementar Municipal nº005 de 2001 e Lei Complementar nº195 de 06 de dezembro de 2019 .

#### **Os candidatos deverão apresentar os seguintes documentos originais:**

- ASO(ATESTADO OCUPACIONAL) , admissional sem restrições, **encaminhado pela Secretaria de Administração (no ato da entrega da documentação) e expedido pelo médico oficial da Prefeitura Municipal de Mariana.** Só poderá ser contratado aquele que for julgado apto física e mentalmente , para o exercício da função;
- 02 fotos 3x4 recente;
- **Declaração de que exerce ou não outro cargo**, emprego ou função pública, para os fins do disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal e guia de contratação, **ficha de qualificação de contrato/nepotismo, e declaração de bens (disponibilizados e preenchidos na Secretaria de Administração no ato da entrega de documentação);**
- Disponibilização de EMAIL E TELEFONE;

#### **ORIGINAL E CÓPIA:**

- Carteira de Trabalho;
- Guia/Extrato PIS/PASEP(ATUALIZADA EMITIDA PELA CEF OU BB);
- CPF próprio e de **TODOS os dependentes (estudantes até 24 anos ) e CONJUGE;**
- Carteira de Identidade ( necessária data de expedição);
- Título Eleitoral e Comprovante de Votação na última eleição ou certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;

- Certificado de reservista ( sexo masculino);
- Declaração Escolar (filhos maiores de 5 anos e dependentes de qualquer idade);
- Cartão de Vacinação atualizado próprio (2vias) e de Filhos menores de 5 anos;
- Certidão de Nascimento (própria e de todos os dependentes que não possuírem RG) e de Casamento (se for o caso devidamente averbada);
- Comprovante de Residência Atualizado (90 dias);
- Documentação comprobatória de escolaridade, sendo este o Certificado de Conclusão do Curso e Registro Profissional, correspondente a função a que concorre, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;
- Comprovante de regular situação de inscrito no órgão de classe respectivo, quando do exercício da atividade profissional do candidato o exigir;
- Número da conta Corrente no Banco Itaú - **(se não possuir a Secretaria de Administração encaminhará carta de abertura de conta salário)**
- SE CONCURSO GUIA DO IPREV;

**Nas datas 30 de novembro à 29 de dezembro de 2022 no horário de 8h00h às 11:00 e de 13:00h às 16:00h, na Secretaria Municipal de Administração, localizada no 2º pavimento do Paço Municipal, localizada na Praça JK, s/n - Centro, Mariana-MG**

**Monitor de Creche:**

<b>Nome:</b>	<b>Data de nascimento:</b>
LUISA TATIANA ANDRADE SOARES	05/08/1992
ESTHERFYSON GABRIEL SOUZA DIAS	30/12/1995
MARLENE APARECIDA DE ASSIS	17/12/1966

## **Publicações Diversas: Atas**

### **Publicações Diversas: Atas**

#### **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

#### **GESTÃO 2021/2024**

#### **(48ª ata - ordem geral)**

**DATA:** 24/08/22    **HORÁRIO:** 9h    **LOCAL:** CVT/UAITEC

#### **CONSELHEIROS(as) QUE PARTICIPARAM DA REUNIÃO:**

Adriana do Carmo Ferreira (professora da Educação Infantil), Terezinha Aparecida Lage Moreira (professor Ensino Fundamental II regular ou da EJA), Maria Antônia Ventura de Paula (professor

Ensino Fundamental I regular ou da EJA), Jorge Sebastião Batista (APAE), Rogéria Aparecida Luna Lourenço (Procuradoria Geral do Município), Luciano Lage Torres Alves (representante dos professores da Associação dos Ex-alunos e Amigos do Colégio Providência), Rosângela Aparecida Lopes da Silva (Secretaria Municipal de Educação), Fábio Faversoni (professores da UFOP/Mariana), Jéssica Cristina de Carvalho Martins (pais ou responsáveis de alunos da rede municipal de ensino), Katia Maria dos Santos Quirino (FEAMMA), Marta da Conceição Gonçalves Machado (Escolas Particulares de Mariana - SINEP), Cláudia Aparecida dos Santos (pais ou responsáveis de alunos da rede municipal), Wagner Flávio Ramos (Conselho Municipal da Juventude)

### **CONSELHEIROS (as) QUE JUSTIFICARAM AS AUSÊNCIAS:**

Alessandra Luzia Pinto Silva e Cristóvão José Gonzaga da Silva (Secretaria de Desenvolvimento Social e Cidadania), Adeuzi Batista Filho e José Ricardo Brandão Santos (Secretaria de Cultura, Turismo e Lazer), Sérgio Murilo da Silva (OAB), Hebe Maria Rôla Santos e Anicio Chaves (Academia Marianense de Letras), Josimar Junior Costa (Polícia Militar), Eliana de Souza (funcionários da Rede Municipal de Ensino), Wellington Ferrarez (Rotary Clube de Mariana), Elisamar Barbosa Martins e Camilla Mol Santos Costa (Conselho Tutelar), Adriane Marina Valentim (professor Ensino Fundamental I regular ou da EJA), Carine Soares dos Santos Camacho (SENAI), Cyntia Millena Moreira e Débora Fernandes dos Santos (Clube Osquindô) e Eliane Aparecida Gonçalves dos Santos (Funcionários da Rede Municipal de Ensino).

**OBJETIVOS DA REUNIÃO:** 1) Comunicações; 2) Apreciação da 47ª ata; 3) Aprovação da Ordem do Dia.

**ENCAMINHAMENTOS:** -----

### **Ata da sexta reunião ordinária de 2022 do Conselho Municipal de Educação, gestão 2021/2024, realizada em 24 de agosto de dois mil e vinte e dois**

Aos 24 dias do mês de agosto de 2022, às 09 horas e 30 minutos, em segunda chamada, conforme reza o artigo 13 do Regimento Interno, reuniu-se em Assembleia Ordinária, na sala do CVT/ UAITEC, situado na Rodovia do Contorno, 327 - São Sebastião - CEP 35424-285, o Conselho Municipal de Educação para deliberar sobre a pauta. A presidente, Maria Antônia Ventura de Paula, verificou o quórum e deu início à reunião. De forma unânime, a plenária aprovou a 47ª ata e a Ordem do Dia. A Secretária Municipal de Educação, Carlene Ferreira de Almeida e o subsecretário de Apoio Operacional, Douglas Sant'Anna da Cunha, foram convidados pelo Conselho para participarem dessa reunião com o intuito de que o Douglas apresentasse o trabalho desenvolvido, até aquele momento, pelo departamento de sua responsabilidade. Diante disso, a presidente passou a palavra para os convidados. A Carlene disse à plenária que a Secretaria Municipal de Educação (SME) sempre esteve à disposição do Conselho, que era importante caminharem juntos porque a proposta era melhorar a educação do município em todas as esferas. Ela lembrou sobre o encontro que aconteceu entre a SME e o CME, em outubro de 2021, na sede da Secretaria, onde representantes do CME conheceram o funcionamento dos departamentos, menos a logística do setor operacional, porque não teve tempo hábil para o Douglas realizar sua apresentação e ouvir as demandas levadas pelo Conselho, mas que, isso aconteceria nessa reunião. Ficou combinado que os conselheiros e as conselheiras assistiriam a apresentação e ao final, fariam suas perguntas e colocações. No início da sua apresentação, o subsecretário observou que o apoio operacional funcionava como uma

engrenagem. Ele esclareceu que “muitas coisas” que apareceriam num tópico da apresentação, voltariam a aparecer em outro, porque era um sistema e havia uma integração entre os sete setores que estavam sob sua coordenação, e que a realidade era mutável. O primeiro setor apresentado foi o de Compras e os tópicos abordados, foram: Composição da equipe, Finalidade do setor (os processos vigentes, em licitação), Gargalos do setor (reequilíbrio econômico financeiro, não cumprimento contratual), Fluxo Operacional (demanda, processo pré-licitação, cotação de mercado, abertura de processo, análise jurídica, análise contábil e licitação). Ele expôs as complexidades deste ramo que englobavam prazos de licitações, emissão de autorizações de fornecimentos, reequilíbrios econômicos financeiros e prazos de entrega. Após a explanação do Douglas, a Carlene complementou que o organograma da SME era complexo e que estava trabalhando para ajustá-lo e apresentá-lo à Câmara com o objetivo de mudança. Ela exemplificou que no setor pedagógico existiam as coordenações por segmentos, mas que no operacional, não existiam cargos específicos além do subsecretário. Lembrou que, no início da sua gestão, perdeu-se muito tempo para montar a equipe com funcionários qualificados e técnicos, pois antes, principalmente no operacional, as pessoas que eram indicadas pelo gabinete, nem sempre, possuíam qualificação para o cargo. Observou que, atualmente, a realidade era outra, pois a equipe estava composta por pessoas técnicas. Em seguida, o Douglas falou sobre o setor Financeiro, responsável pelos pagamentos e prestações de contas. Ele abordou os seguintes tópicos: Composição da equipe, Pagamentos, Prestações de contas, Locações e Fluxo Operacional (demanda, solicitação de AF, empenho, confecção de AF, pedido de fornecimento, recebimento, pré-pagamento, conferência e pagamento), PDDE Federal -FNDE e PDDE Municipal (atuação conjunta com apoio técnico jurídico da Secretaria). A Carlene pontuou algumas práticas das escolas em relação ao PDDE: que muitas escolas estavam, há anos, reprogramando o recurso do PDDE Federal, que a gestão do dinheiro do PDDE Municipal era menos burocrática e mais rápida. Pontuou que os gestores estavam sendo capacitados para gerir os recursos desse programa, que a SME estava incentivando os gestores a recorrerem ao Almoxarifado Central porque lá havia muito material escolar estocado. Observou que o trabalho da SME tinha que ser contínuo, independente do gestor, e que, por isso, a atual equipe deixaria todos os contratos e planejamentos prontos para que em Janeiro de 2023. Dessa forma, se houver mudança de governo, quem assumir a SME não passe pelas mesmas dificuldades que sua gestão enfrentou. O próximo setor apresentado foi Obras e Reformas - Reparos e Manutenção, ele contemplava as 31 escolas municipais. Os tópicos abordados, foram: Equipe técnica, Compras para obra e manutenção, Reformas em andamento e previstas, Reformas - recursos da Fundação Renova, Reformas de quadras escolares, Desapropriação de terrenos para as unidades educacionais, Reparos e Manutenções (com equipe própria e manutenções mistas - média complexidade). A respeito do quarto setor, Suprimentos e Distribuição, ele falou que era amplo e composto por duas equipes. A primeira equipe trabalhava com o controle de estoque, solicitação de reposição, controle de validade, gestão de suprimentos. A segunda equipe trabalhava com o transporte de todas as demandas de materiais de consumo e permanente, coleta de descarte e transporte diversos para as unidades escolares, além de transporte dos recursos de merenda escolar. Em relação ao setor de Transporte Escolar, ele falou sobre a mobilidade entre distritos e subdistritos que acontecia por meio de 57 rotas (56 ativas) pré-fixadas. Mostrou em números as frotas próprias e terceirizadas, e a quantidade de alunos beneficiados pela ajuda de custo e vale-transporte. Acerca do setor de Recursos Humanos, ele falou sobre a composição da equipe técnica e quadro profissional e explicou que era a seção responsável por capacitações de diversos departamentos, principalmente dos profissionais operacionais, a partir de demandas específicas. Por último, ele apresentou o setor da Merenda Escolar, que era encarregado de: Desenvolver diagnóstico e acompanhar o estado nutricional dos alunos; Planejar, orientar e supervisionar as atividades de seleção, compra, armazenamento, produção e distribuição dos alimentos, zelando pela quantidade, qualidade e conservação dos produtos, observadas sempre as boas práticas higiênico-sanitárias; Participar do processo de licitação e da compra direta da agricultura familiar para aquisição de gêneros alimentícios, no que se refere à parte técnica (especificações, quantitativos, entre outros); Colaborar

na formação de profissionais na área de alimentação e nutrição, supervisionando estagiários e participando de programas de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação; Compras - Processos Vigentes e Em Produção para Licitar. A Carlene finalizou a apresentação dizendo que a educação funcionava como uma engrenagem e que todos os envolvidos tinham responsabilidade, que se cada um fizesse sua parte a educação só iria melhorar. Disse também a sua gestão estava trabalhando com muita responsabilidade e seriedade. Após a sua fala, o espaço ficou aberto para comentários, sugestões, perguntas e respostas. A Adriana Ferreira comentou sobre uma demanda específica do CMEI em que ela trabalhava, dessa forma, o Douglas e a Carlene orientaram-na a abrir um P.R.O para que a situação fosse analisada. O Fábio Faversoni fez colocações e questionamentos. Ele sugeriu da SME informar aos funcionários/ usuários do ambiente escolar quem era o responsável pelo contrato do serviço prestado/ fornecido. Pois, era importante ter ciência de que todo contrato tinha o seu gestor e que poderia cobrar dele as soluções. O Douglas disse que, sob o âmbito operacional, era função do gestor apresentar as demandas da escola para a SME e ela buscar a solução. Pois, o diretor que era o mediador, o responsável por registrar essa comunicação à Secretaria. O conselheiro também perguntou quando seria o próximo concurso público contemplando vagas específicas. O Douglas disse que antes de estipular as vagas, o ideal seria reorganizar o organograma da Secretaria. Disse também que, a parte operacional fez uma proposta de organograma para que existisse a necessidade da função e para que a pessoa fosse contratada de acordo com aquele perfil. A Rosângela observou que houve, recentemente, o concurso público municipal. O Fábio comentou que a escola de qualificação, no geral, não fazia uma escuta dos docentes nem do quadro técnico sobre as demandas. Diante disso, ele perguntou se tinha alguma previsão de levantamento de demanda. Porque senão fazia uma qualificação de algo que não foi solicitado, enchendo a escola de programação sem deixar espaço para outras propostas. Disse que havia vários temas importantes para serem discutidos na escola, por exemplo, a implementação da BNCC. A Carlene respondeu que para realizar as formações, havia um levantamento prévio das necessidades, e que, a partir dele, os processos de capacitação eram montados e executados. Em relação às bibliotecas escolares, ele perguntou o que a SME estava licitando, se existia uma política de aquisição de livros e como ela era construída. O Douglas respondeu que o seu departamento recebia só a demanda, mas que seria ideal conversar conjuntamente com o setor pedagógico para entender melhor todo o processo. O Jorge Sebastião também fez questionamentos: 1) Se os funcionários da APAE participariam da capacitação que contemplava a Lei Lucas. 2) Por que a Secretaria não tinha os profissionais à disposição para fazer reparos e obras nas escolas? 3) Em relação às quadras, a Secretaria priorizava reformar a quadra da escola ou a quadra comum em que a comunidade utilizava? 4) A questão da acessibilidade estava sendo contemplada nas escolas que estavam sendo reformadas? 5) Qual era dificuldade do gestor escolar utilizar o PDDE? 6) Como funcionava a aquisição de materiais que não estavam dentro do contexto básico de materiais pedagógicos fornecidos pela SME? Em relação ao primeiro questionamento, O Douglas respondeu que, como a APAE era parceira da SME, a diretora poderia formalizar a necessidade dessa capacitação. Sobre a falta de mão-de-obra, ele respondeu que era responsabilidade da Secretaria de Obras fornecê-la, mas que a SME tentava fazer de uma forma que desafogasse esse segmento e fizesse o trabalho acontecer mais rapidamente. O ideal seria incluir essa atribuição no organograma da SME ou a contratação da mão-de-obra para essa função. Que era uma questão administrativa. Em resposta à quarta pergunta, ele disse que a situação de acessibilidade demandava uma modificação na estrutura da escola, precisava ser bem elaborada e pensada de forma contínua, que era um fluxo mais complexo. Em relação ao PDDE, ele respondeu que dificuldade já diminuiu bastante e teve um grande avanço, porque os gestores estavam sendo capacitados e que a SME estava dando atendimento individualizado para o gestor que solicitasse atendimento, além de que a Caixa Escolar tinha vários membros. Sobre a última pergunta, ele disse que já havia explicado sobre isso na sua apresentação, que o conselheiro poderia acessar o conteúdo novamente e qualquer dúvida ele estava à disposição na SME. Finalizadas as perguntas, os conselheiros e conselheiras agradeceram à Carlene e ao Douglas pela apresentação e elucidações. O Jorge os parabenizou pelo discurso afinado



Aos 27 dias do mês de setembro de 2022, às 09 horas e 30 minutos, em segunda chamada, conforme reza o artigo 13 do Regimento Interno, reuniu-se em Assembleia Ordinária, na sala do CVT/ UAITEC, situado na Rodovia do Contorno, 327 - São Sebastião - CEP 35424-285, o Conselho Municipal de Educação para deliberar sobre a pauta. A presidente, Maria Antônia Ventura de Paula, verificou o quórum e deu início à reunião. De forma unânime, a plenária aprovou a Ordem do Dia e a sugestão do conselheiro Fábio Faversani de incluir no item "Outros assuntos", uma discussão sobre os resultados do último IDEB. A presidente convidou o conselheiro Fábio para falar aos colegas sobre os itens 1 e 2 da pauta, uma vez que estavam relacionados e que ele representou o CME nas reuniões que trataram sobre o Projeto de Lei 111/2022 - instituição da gestão democrática na rede municipal de ensino de Mariana. Ele explicou que houve três reuniões com representantes de diferentes segmentos para chegar a uma nova versão da proposta do Projeto de Lei 111/2022. Disse que a proposta inicial do PL apresentada pela Secretaria de Educação tinha alguns problemas, porque não previa algumas situações, como: se não aparecer candidatos(as), renúncia ou morte do candidato (a), candidato(a) que sofreu processo administrativo. Diante disso, após muito estudo e debate da comissão responsável pela elaboração do projeto, foram realizadas várias modificações que tornaram a proposta melhor e mais completa que a inicial. Observou que, na opinião dele, apesar do projeto ainda ter ficado com alguns problemas, por exemplo, o caso de um/ uma servente escolar se candidatar ao cargo de diretor(a), foi um grande avanço e que a estratégia 19.1 do Plano Municipal seria cumprida. Durante a explanação do Fábio, os conselheiros e conselheiras expuseram suas ideias, questionamentos e busca de soluções. Eles discutiram sobre remuneração, gratificação, plano de carreira, responsabilidade do(a) diretora(a), capacitação continuada (que envolve gestão financeira, pedagógica e humana), aproximação entre colegiado e escola, fortalecimento dos colegiados, trabalho conjunto do diretor com o colegiado, candidatos aptos ao cargo, fiscalização do trabalho desenvolvido pelo(a) diretor(a) eleito(a), processo de elaboração de edital e prova, contribuição do CME no processo de prova e eleição. A Elisamar reiterou que foi uma evolução, mesmo que pequena. O Fábio disse também que haviam alguns riscos e grandes ganhos. O primeiro ganho era da comunidade ter voz ativa na escolha do diretor, o segundo ganho era o CME poder cobrar da administração o apoio e o suporte ao eleito(a), já o terceiro era a vigência do mandato de três anos. Ele explicou que após a aprovação do Projeto de Lei pela Câmara Municipal e pelo executivo, a SME deverá publicar o Edital. A plenária concordou que o CME deve acompanhar e participar de todo o processo eleitoral, inclusive da elaboração do edital. A presidente, Maria Antônia, disse que formalizará o pedido de participação/ acompanhamento do CME por meio de ofício, mas que, deixará para confirmar a necessidade dessa tarefa na reunião de outubro, quando a lei já estará aprovada. A plenária pontuou também que a contribuição do CME, por meio do representante Fábio, foi crucial para a melhoria e finalização do referido projeto. O próximo tópico da pauta abordou a avaliação da participação da Secretária Municipal de Educação, Carlene Ferreira de Almeida e do subsecretário de Apoio Operacional, Douglas Sant'Anna da Cunha, na reunião do Conselho que aconteceu no dia 24/08/22. O conselheiro Jorge avaliou positivamente a participação deles nesse encontro, disse que eles se prepararam para a apresentação e que foram bem solícitos com o Conselho. A Adriana relatou que ficou incomodada com a atitude da Secretaria de querer padronizar as escolas sem antes conhecer a realidade de cada segmento. Ela questionou quais critérios eram utilizados para tal padronização. A conselheira lembrou o grupo sobre os questionamentos pontuais que ela fez ao Douglas e à Carlene e que eles aconselharam-na a abrir um PRO. Diante disso, ela consultou o grupo sobre abrir o P.R.O pelo Conselho ou em seu nome. A plenária concordou que ela deveria manifestar em nome Conselho, dessa forma, ela ficou responsável por essa demanda. O próximo assunto tratado foi sobre os resultados recentes do último IDEB/INEP. O Fábio disse que era importante haver um amplo debate sobre esses resultados, que eles não eram consequências só da pandemia e que poderiam acarretar efeitos terríveis para essa geração de estudantes. Observou também que, o problema mais grave era nos anos iniciais. Sendo assim, ele sugeriu que o Conselho chame a Câmara Municipal, os diretores escolares e a Secretaria de Educação para realizarem uma audiência pública na Câmara, um seminário a fim de dialogarem



Ata da oitava reunião ordinária de 2022 do Conselho Municipal de Educação, gestão 2021/2024, realizada em 26 de outubro de dois mil e vinte e dois

Aos 26 dias do mês de outubro de 2022, às 09 horas e 20 minutos, reuniu-se em Assembleia Ordinária, na sala do CVT/ UAITEC, situado na Rodovia do Contorno, 327 - São Sebastião - CEP 35424-285, o Conselho Municipal de Educação para deliberar sobre a pauta. A presidente, Maria Antônia Ventura de Paula, verificou o quórum e deu início à reunião. Ela apresentou ao Conselho o Procurador Geral do Município, Israel Quirino, e os servidores da Secretaria Social de Desenvolvimento - SEDESC, Vanderley Lúcio de Oliveira, subsecretário de Desenvolvimento Social, e a Viviane Geralda Amaral Gomes, Coordenadora do PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens. Eles solicitaram participar dessa reunião para compartilhar com o Conselho sobre a situação do PROJOVEM em Mariana. Na sequência, a presidente passou a palavra para o Procurador Geral. Ele falou à plenária que, em Mariana, o PROJOVEM atendia 300 jovens com alta vulnerabilidade social. Disse que era um programa educacional destinado a jovens com 18 a 29 anos que, por diversos motivos, foram excluídos da escolarização, cujo objetivo era reintegrá-los ao processo educacional, elevar a escolaridade e ofertar qualificação profissional por meio de cursos. Só que essa profissionalização não estava acontecendo de forma efetiva a ponto de proporcionar um título universitário ou técnico, de modo que enquadrasse e enviasse esses jovens ao mercado de trabalho e desse a eles perspectiva de futuro. Disse que o programa estava funcionando mais com caráter assistencialista do que profissionalizante. Compartilhou que o Ministério Público estava cobrando do município uma formação efetiva para esses jovens. Diante disso, ele e a equipe da SEDESC almejavam ouvir sugestões dos conselheiros e gostariam que o Conselho atuasse como um "controle externo do programa". O intuito não era sair desse encontro com uma decisão, mas, com suporte e sugestões. Disse que o município tinha recursos financeiros para investir e ofertar cursos profissionalizantes, que havia espaços públicos ociosos que poderiam ser utilizados para atender os jovens. Expôs também que, procurou parcerias de algumas instituições, como o IFMG, a UFOP, a Universidade de Juiz de Fora, o projeto Trilhas do Futuro e a fundação RENOVA. A conselheira, Alessandra Luzia Pinto Silva, representante do segmento SEDESC - Órgãos Governamentais, falou que nem todos os jovens tinham afinidade com os cursos oferecidos pelo SENAI e pela Renova. Acreditava que, de acordo com experiência dela, principalmente porque lida diretamente com os participantes do PROJOVEM na SEDESC, uma solução seria que, a Prefeitura conveniada à outras instituições montasse e oferecesse cursos que acolherão eles, além de não depender do SENAI ou da RENOVA. O Israel e a Viviane responderam que esse era o ponto em que queriam chegar, que os conselheiros como pensantes da educação, discutissem essa questão para encontrarem uma possível solução. Disse que os jovens precisavam ser direcionados, que não bastava somente entrarem no mercado de trabalho. Os jovens precisavam de formação profissional e o MPE estava cobrando essa resposta do município. A Viviane expôs que a primeira coisa que precisava ser definida era: o que era essa formação, o que contemplaria como formação, por exemplo: carga horária mínima, curso técnico, ensino regular ou profissionalizante. Disse que a lei estava muito vaga, não especificava os tipos de modalidade de ensino. A Alessandra disse que, a lei exigia somente que os participantes do PROJOVEM estivessem estudando. Ela salientou que o programa tinha algumas particularidades, por exemplo: estudantes que tinham déficit de atenção e que já sofreram vários tipos de violação. Complementou que esses jovens recebiam assistências psicológica, pedagógica e social. A Viviane disse que outro problema era a equipe reduzida e que não era exclusiva do programa, sem contar a falta de equipamentos para o bom desenvolvimento do trabalho. Os profissionais, como psicólogo, assistente social e pedagogo dividiam as atividades entre os outros programas. Falou que, o ideal seria a SEDESC ter uma equipe exclusiva para atender o programa, fazer todo o acompanhamento necessário aos assistidos. Observou que o PROJOVEM existia na lei que regia o programa, mas não existia no organograma a da Secretaria. Por fim, concluiu que era preciso entender o que era a

formação, o que ela contemplava e pensar em soluções, como criar parcerias com a rede, com a UFOP e outras instituições. A conselheira, Marta da Conceição Gonçalves Machado, representante do SINEP, complementou que para serem estabelecidas tais parcerias, primeiramente a SEDESC precisava ter clareza sobre qual que era essa formação. Ela sugeriu, no caso de quem estará cursando o Novo Ensino Médio, da Secretaria ouvir esses jovens, saber qual era a demanda deles e a partir daí, montar o itinerário formativo de acordo com as informações coletadas. O conselheiro Jorge Sebastião, representante da APAE, questionou se não haveria mais vertentes do PROJOVEM para serem contempladas, considerando a carga a horária e a parte prática que era essencial. O Fábio Faversoni, representante da UFOP, pontuou sobre a irresponsabilidade das mineradoras que atuavam na cidade e a falta de cobrança por parte do município. Parabenizou o Ministério Público por cobrar os direitos dos cidadãos. Disse que havia muita irresponsabilidade acontecendo com a cidadania marianense e os problemas estavam expostos: habitação popular, empresas desinteressadas em investir na cidade, qualificação oferecida de “faz de conta”, a Educação não investia nem o mínimo de 25%, que todo sabia que município era rico, mas que não se sabia onde estava o dinheiro, que a falta de investimento era um problema tradicional de Mariana. Tanto que o setor do PROJOVEM tinha dinheiro, mas que não tinha equipe multidisciplinar específica para isso. Muitos dos problemas dos participantes do PROJOVEM iniciavam na deficiência da estrutura do ensino regular. Ele sugeriu, já que o PROJOVEM tinha recursos, do município contratar uma assessoria para ajudar essa equipe sobrecarregada a pensar e a montar um bom projeto de qualificação profissional. Os conselheiros também levantaram a possibilidade de abrir o itinerário formativo da EJA no período da tarde. O subsecretário, Vanderley, frisou que fez contato com o Trilhas do Futuro para criar parceria. Pontuou que, realmente, havia o problema de falta de funcionários, mas que não era só contratar, havia um processo burocrático para tal execução e que teria que fazer tudo de acordo com a legislação. Observou que deveria ser trabalhado com esses jovens a formação profissional e o problema estrutural familiar. Disse que o CME era forte e participativo e que poderia dar um grande suporte. O conselheiro Luciano Lage compartilhou que a empresa dele acolheu dois jovens do programa e que um deles foi contratado. Sugeriu que as empresas que exploravam os recursos da cidade, em contrapartida, deveriam fornecer cursos de formação para seus funcionários, neste caso, os jovens que seriam contratados. Disse que o mercado definia as áreas de atuação, e por isso, era viável deixar que as empresas que pleiteassem esses jovens fornecessem o curso necessário para formação. Disse que, a curto prazo, era impossível implementar rede formadora e profissionalizante. O Fábio se colocou à disposição para fazer levantamento de demanda, também sugeriu que a prefeitura firmasse parceria com outros professores da UFOP para contribuírem com o projeto, além de muitos já conhecerem a realidade da município. O procurador disse que sua equipe voltará em outras reuniões do Conselho para dizer como o programa andava, mostrar um diagnóstico desses jovens e receber *feedbacks* desta plenária como, pesquisas, sugestões e respostas. Opinou que o relacionamento do município com algumas entidades é fragilizado, pois ele ficava como coadjuvante. Disse que as empresas abriam programas de formação profissional sem consultar o município. Por fim, ele e a equipe da SEDESC agradeceram pela acolhida e compreensão do Conselho. Disse que gostaria que o Conselho fosse o controle externo do programa e, sempre que necessário, voltaria para prestar contas do programa. Na sequência, a Maria Antônia deu posse à nova conselheira, Jucimara Elisa Fraga Reis de Oliveira, representante do segmento de pai ou responsável de alunos da rede municipal de ensino. O segundo item da pauta foi sugerido pelo conselheiro Jorge, “Intensa migração de trabalhadores para Mariana e a dificuldade de absorção dos filhos destes na instituições escolares”, dessa forma, ele explicou à plenária o motivo da sua sugestão e preocupação. Ele propôs do Conselho pensar sobre o que poderia ser feito para solucionar o problema. A conselheira Rosângela complementou que algumas famílias de outras nacionalidades que de, certa maneira, se refugiaram nos distritos da cidade, foram trazidas por meio de parceria de empresas/ fazendeiros com uma ONG do Rio de Janeiro. Os fazendeiros que acolheram essas famílias não comunicaram a Secretaria de Educação sobre a situação e que, a SME teve que se adaptar num curto espaço de tempo para recebê-los. Além disso,

havia o problema do grande número de pessoas que estavam vindo para Mariana para trabalhar. Os conselheiros discutiram sobre os impactos preocupantes que a cidade e a sociedade marianense já estavam sofrendo, como falta de estrutura para receber tantos imigrantes. Por fim, a plenária decidiu enviar um ofício abordando a problemática: Intensa migração e imigração no município de Mariana/MG de trabalhadores oriundos de outras regiões para as mineradoras locais. Esse documento terá ampla divulgação, pois será enviado a todas as secretarias da prefeitura, Câmara Municipal, jornais e demais conselhos locais. Após a finalização dos assuntos pautados, a próxima reunião do CME foi agendada para o dia 22/11/22, às 9h, no CVT/UAITEC. Será dado o seguinte encaminhamento: Envio de ofício (intensa imigração e migração de trabalhadores) para os órgãos competentes. Ninguém mais quis fazer colocações, diante disso, a presidente Maria Antônia encerrou a reunião às 11 horas e 05 minutos. Nada mais havendo a tratar, eu, Lívia Caroline Gomes Soares, para registro, lavrei a ata que, se aprovada, será assinada pelos presentes e enviada para publicação no Diário Oficial. Mariana, 26 de outubro de 2022.XXX